



DIREÇÃO DO SINDÁGUA TOMA POSSE COM INDICAÇÃO DE LUTA RADICALIZADA

Em solenidade realizada por videoconferência, os trabalhadores eleitos para a direção do SINDÁGUA, mandato 2026/2030, tomaram posse em seus cargos nesta segunda-feira, 23 de março. Sindicato, presidido por Eduardo Pereira de Oliveira, tem pela frente a continuidade da resistência contra o desmanche do “estado de direito” e uma organização agressiva da direita empresarial pela tomada de empresas estatais e supressão de direitos trabalhistas e sociais.



O novo mandato do SINDÁGUA começa um dia depois da renúncia de Romeu Zema no governo de Minas, que pavimentou um terreno de entreguismo e que busca sorratamente se cacifar para a cabeça ou na garupa da candidatura para a presidência da República, deixando no Estado uma herança de destruição, unvida por denúncias de corrupção e de operadores de propinas como o ex-presidente do Conselho de Administração da Copasa.

Eduardo Pereira, em seu discurso de posse, alertou para a necessidade de criação de novas lideranças e de um trabalho urgente de conscientização da população sobre as graves ameaças que enfrentamos neste ano eleitoral para cargos majoritários: presidência da República, governo do Estado, deputados estaduais e federais e senadores. A eleição do final de ano é decisiva para a resistência aos golpes contra os direitos trabalhistas e sociais e até mesmo para a democracia brasileira.

Tivemos, na posse, uma análise de conjuntura pelo sociólogo Frederico Santana Rick, que expôs as articulações que estão sendo engendradas, passando por interesses estadunidenses e de uma direita radical que tenta tomar o poder no Brasil, estratégico para a política expansionista para as guerras de Donald Trump pelo mundo, onde tem interesses econômicos estratégicos.

Junto com os diretores do SINDÁGUA foi empossada também a diretoria do DEAPES, sob a coordenação de Waltencyr Teófilo José de Souza.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA ATUAÇÃO DO SINDICATO

- Alinhamento político com quem defende direitos trabalhistas, sociais e patrimônio público estatal;
- Defesa dos serviços essenciais de saneamento como responsabilidade pública do Estado;
- Defesa dos empregos e das condições de trabalho;
- Reversão da gestão de sucateamento estrutural e de compromissos sociais da Copasa/Copanor;
- Respeito aos concursos públicos e de movimentações internas;
- Respeito ao PCCS;
- Defesa da Copass Saúde e da Fundação Libertas;
- Modernização estrutural e de gestão do Sindicato.
- Combate à terceirização.

